

# Constituintes não sabem como trabalhar

## Chiarelli liderará o PFL pela 3ª vez

A bancada de 16 membros do PFL no Senado decidiu ontem, por unanimidade, reconduzir, pela terceira vez consecutiva, à liderança do partido na Casa, o senador gaúcho Carlos Chiarelli. Durante a reunião, realizada pela manhã no Congresso, a bancada mostrou-se interessada na proposta feita pelo PMDB em ceder três cargos na Mesa do Senado a pefelistas. Entretanto, Chiarelli declarou que pretende continuar lutando para conseguir uma das três presidências-Câmara, Senado ou Constituinte — para a Frente Liberal.

De acordo com o senador gaúcho, a reivindicação de uma das três presidências do Legislativo foi considerada "lógica" pelos senadores presentes ao encontro. Chiarelli argumentou que como o seu partido teve um terço dos votos em todo o Brasil, é já que o PMDB conseguiu a metade, deve-se, seguindo essa proporcionalidade, dividir as presidências. Com essa sua proposta,

pretende o líder obter uma forma de pressão mais eficaz junto ao PMDB.

Quanto aos três cargos na Mesa do Senado oferecidos pelo PMDB, como parte do quinhão ao qual a Frente tem direito na composição de direção do Senado, Chiarelli declarou que irá estudar a proposta. Salientou, porém, que antes de anunciar sua decisão deseja reunir-se, juntamente com o presidente em exercício do partido, deputado Maurício Campos, (MG) o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, e com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para "tratar globalmente da distribuição dos cargos nas mesas do Legislativo".

Sobre a notícia de que a Frente Liberal já haveria fechado questão em torno de um apoio maciço à candidatura do deputado Ulysses Guimarães às presidências da Câmara e da Constituinte, o senador gaúcho negou veementemente o fato.

André Meirelles

A 10 dias de sua instalação, o funcionamento da Constituinte ainda é uma incógnita. Em sucessivas reuniões, diversas fórmulas estão sendo examinadas. Com o apoio dos novos deputados do PMDB, o líder do partido, deputado Pimenta da Veiga, defende a aprovação de um projeto de resolução que simplesmente coloque em recesso a Câmara e o Senado durante os trabalhos da Constituinte. Enfrenta fortes resistências, principalmente dos senadores. Ulysses Guimarães apresenta uma proposta intermediária: incluir na atual Constituição restrições que impeçam a apresentação de projetos tanto pelo Executivo quanto pelos parlamentares, exceto em "caráter excepcionalíssimo". Além disto, Câmara e Senado só deveriam funcionar extraordinariamente, quando isto efetivamente se justificar. Quer também resolver a questão através do Regimento Interno da Constituinte.

Por trás das propostas de Ulysses e Pimenta, a mesma preocupação: temem que não dê certo o funcionamento simultâneo

da Constituinte, Câmara, Senado e Congresso Nacional. Segundo Pimenta, isto só geraria tumulto, em prejuízo dos próprios trabalhos constituintes.

Ulysses defende sua proposta como «uma maneira de se compatibilizar a situação peculiar da transição brasileira — instala uma Constituinte com Câmara e Senado abertos — e assegurar a predominância formal e institucional da Constituinte».

Colocada em pauta, a questão do recesso parcial ou total das Casas Legislativas abre uma nova polémica: o que farão os parlamentares que não integram a chamada Grande Comissão, que vai preparar o esboço da nova Constituição a ser submetido em plenário e cuja composição seria de apenas 89 membros? O PDT e o PT sugerem simplesmente a não existência da comissão, com todos os eleitos para a Constituinte participando diretamente de seus trabalhos. (Ver matéria abaixo).

Há quem reaja a isto, classificando a solução de pouco produtiva e funcional. Mas os novos parlamentares (a grande maioria) começam a chegar a

Brasília, demonstrando insatisfação com propostas que os marginalizam depois de eleitos em pleitos disputadíssimos.

Segundo o deputado Walber Guimarães, está tudo armado para a existência de uma pequena casta de deputados de 1ª classe que vão participar da comissão, enquanto a grande maioria vai se limitar a dizer sim ou não em plenário.

Os políticos mais conservadores querem limitar ao máximo o funcionamento da Constituinte, evitando «exacerbações» num momento de crise econômica. Já os progressistas lutam pelo contrário: quanto mais soberania, força e destaque tiver a Constituinte, melhores serão as condições dela produzir uma Constituição mais avançada.

A expectativa entre os políticos é de que dificilmente haverá um acordo entre as diversas forças antes da instalação da Constituinte. Até porque, com a ampla renovação do Congresso Nacional, ele poderá ser questionado em plenário. E os próprios constituintes, então, decidiriam pelo voto, como devem funcionar a própria Constituinte, a Câmara e o Senado.

## Quércia abre diálogo para atrair Lula

Roland Marinho Sierra  
Especial para o JBr

São Paulo — O governador eleito de São Paulo, Orestes Quercia, deixou o presidente do PMDB estadual, Almino Afonso, com a missão de abrir uma conversação com o PT e aproximar o partido de Lula do seu PMDB e de sua administração, a iniciar-se a 15 de março próximo. Essa iniciativa, porém, tem um efeito para o que se pode chamar de «público externo», pois os petistas já deixaram claro que não pensam em coligação com o novo governador e seu partido, salvo para a discussão da eleição das novas Mesas da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal da capital.

Conhecida a disposição de Quercia de mandar um emissário conversar com dirigentes do PT, o secretário-geral deste partido, José Dirceu, deu um recado aberto aos peemedebistas, afirmando ontem à tarde que seu partido deseja conversar sobre a composição das novas Mesas legislativas, mas não sobre qualquer tipo de aliança político-parlamentar duradoura. E foi mais longe:

— A direção do PT não se recusará a sentar à mesa para ouvir o que tem o PMDB a dizer. A iniciativa é deles e queremos que esse tipo de conversa seja aberta. Não nos passa pela cabeça qualquer conversação que vise a uma composição política com as que o PMDB está desenvolvendo com o PFL e o PTB».

Na verdade, o que o governador eleito quer alcançar é uma repercussão pública de que deseja abrir os canais de comunicação com todos os demais partidos, sem excluir o estridente Partido dos Trabalhadores. Assim, fica a próxima administração à vontade para agir permanentemente sempre em nome de um espírito desarmado, quaisquer que possam ser os entretidos que possa ter, no futuro, com os petistas. De qualquer forma, porém, o PT não vai fazer declaração de guerra, sempre sob a alegação de que não se afasta da linha de uma oposição crítica, apoiando quando as ações do governo do estado coincidirem com os princípios partidários.

Abriando um canal de comunicação com o PT, Quercia quase fecha o ciclo de entendimentos, do qual só não participou o PDS de Paulo Maluf. Já está acertada a aliança com o PFL e com o PDT e já está a caminho de um entendimento com o PTB. Ouvido o PT, qualquer que seja o resultado, nada mais restaria a fazer. Mas, com os próprios pedessistas, o governador eleito pretende mandar uma convivência amigável, o que deixou claro ontem durante conversa com o deputado federal João Cunha, que lhe levou as ponderações de alguns parlamentares pedessistas que esperam que a nova administração não caminhe para retaliações de origem eleitoral, em troca de um «voto de confiança» pedessistas para o novo governo.

Quercia encontrará esse quadro praticamente definido quando retornar de sua nova viagem ao exterior, em fevereiro.

## Burity dará hoje nomes de secretários

João Pessoa — O governador eleito da Paraíba, Tarcísio Burity, antes do anúncio oficial do seu secretário, previsto para ontem, à noite na sede da Associação Paraibana de Imprensa, já antecipa os nomes de 13 pessoas que irão figurar no 1º escalão do seu governo, e de quatro que participarão de cargos a nível de secretaria de estado.

O governador eleito Tarcísio Burity confirmou, ainda, em caráter oficial, os nomes do comandante da polícia militar do estado, coronel Mardem; do presidente da Saepa, José Marizondo; Instituto de Previdência do Estado, Cleanteo Gomes e da Cagepa, Luiz Gonzaga Burity. Falta ao governador anunciar os nomes dos futuros secretários da administração, de serviços sociais, da secretaria de governo e os titulares das procuradorias geral e de justiça.

## Ceará negocia pagamento de servidores

Fortaleza — O governador Gonzaga Mota, do Ceará, está negociando empréstimo no valor de C\$ 400 milhões com um pool de bancos privados, dando como garantia a antecipação da receita, para pagar o salário atrasado dos servidores e saldar débitos para com empreiteiras. Ele ainda não sabe como será o pagamento da folha de dezembro, no valor de C\$ 340 milhões, e o resgate das «gonzaguetas», um cheque que distribuiu aos servidores como forma de saldar a folha relativa ao décimo-terceiro salário, que tem até o dia 31 deste para ser descontado no banco do estado.

## PT e PDT querem obstruir comissão

O Partido dos Trabalhadores recorrerá a todos os meios a seu alcance para impedir que, na fase de elaboração da nova Constituição, os trabalhos do Congresso Constituinte fiquem limitados às atividades de uma grande comissão, como deseja o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães.

Essa disposição do PT foi revelada ontem pelo deputado paulista José Genóio, por delegação da direção nacional do partido. Disse Genóio que, «se acabar prevalecendo a idéia da grande comissão, todos os 16 integrantes do PT passarão a frequentar as reuniões desse grupo para obstruir sua ação».

O líder em exercício do PDT, Amaury Muller, também afirmou que o seu partido reagirá às atividades da comissão, inclusive levando em conta que «um dos seus objetivos é criar dificuldades aos partidos de oposição», que teriam de constituir-se em bloco para indicar 15 nomes a essa comissão. Muller qualificou de «espúrio» o projeto de regimento da Constituinte que o PMDB está elaborando — prevendo o fun-

cionamento da comissão e adiantou que para derrubar tal proposta o PDT espera contar com o apoio não só do PT, mas também dos «progressistas» do PMDB.

«Conchavão»  
Genóio definiu a grande comissão, tal como é concebida, como «um conchavão — um grande pantano da fisiologia» —, advertindo, ainda, que «serão enormes as tentativas do poder econômico para corromper e subornar os seus integrantes».

O PT também apresentará um projeto de regimento, já esboçado, envolvendo a participação direta de todos os 559 constituintes na elaboração da nova Carta. Os 487 deputados e 72 senadores seriam distribuídos em várias comissões, relacionadas aos diferentes capítulos da Constituição — ordem social, ordem econômica, papel das Forças Armadas, sistema de governo...

O texto definitivo da proposta do PT está sendo elaborado por uma comissão composta por Genóio, pelo também deputado petista Plínio de Arruda Sampaio e pelos juristas Pedro Dallari e Fábio Comparato.

## Partido defende provisoriedade

O PT deseja que logo em seguida à cerimônia de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1º de fevereiro, os constituintes aprovem moção estabelecendo o caráter de provisoriedade do atual governo. Esta é apenas uma das quatro propostas que o partido considera serem urgentes para o pleno funcionamento da Constituinte.

Durante os trabalhos constituintes não poderão ser aplicadas em qualquer parte do território nacional as salvaguardas constitucionais ou a Lei de Segurança Nacional sobre qualquer brasileiro. Deve ainda ser proibido o uso do entulho autoritário. Nesse período, a Câ-

mara e Senado teriam seus trabalhos suspensos para que os deputados e senadores se dedicassem exclusivamente sobre os trabalhos de elaboração da Nova Carta Constitucional. A inviabilidade dos mandatos parlamentares também tem de ser garantida.

As galerias da Câmara devem ser franqueadas ao público, sem restrição de pessoas. Os interessados em acompanhar os trabalhos constituintes teriam apenas de se identificar perante a segurança da Casa. O PT defendeu ainda que qualquer parlamentar possa solicitar verificação de quórum.

## Subsídio sobe 25% para parlamentares

A partir deste mês, os subsídios dos deputados e senadores estão reajustados em 25%, passando a parte fixa de C\$ 5.064 para C\$ 6.330; a parte viável (30 diárias), de C\$ 6.309, para C\$ 7.886, e o jeton por comparecimento a cada sessão, de C\$ 210,00 para C\$ 262,50. Como neste período de recesso os deputados recebem pela média dos últimos meses, seus subsídios (excluídos os «auxílios» de transporte, moradia e gabinete) passam de aproximadamente C\$ 24 mil para C\$ 30 mil.

O pagamento do reajuste foi autorizado em reunião realizada ontem pela Mesa da Câmara, atendendo a antiga resolução determinando que os subsídios sejam sempre reajustados nas mesmas épocas e nas mesmas bases estabelecidas para os servidores

públicos federais. A Mesa do Senado já havia, há dias, tomado idéntica providência. Não se trata, porém, de «aumento». Aumento real, de mais de 110% chegou a ser proposto no final do ano passado, mas, diante da forte reação da opinião pública nacional, o plenário da Câmara julgou mais aconselhável deixar a questão para a Constituinte.

A Mesa decidiu também elevar de C\$ 8 mil para C\$ 15 mil o «auxílio-moradia» concedido aos deputados que ainda não receberam apartamentos da Câmara e, por isso, ficam em hotéis. Segundo assessores da Mesa, C\$ 15 mil correspondem a despesa mínima mensal com a hospedagem de um deputado num hotel de nível médio, em Brasília.

## Getúlio já vê falhas na imagem do governo

O jornalista Getúlio Bittencourt, convidado pelo presidente José Sarney para assumir a Secretaria Especial da Comunicação da Administração Federal (Secaf), esteve ontem com o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, com quem conversou a respeito «da imagem do governo vista pela opinião pública».

O ministro tem uma visão parecida com a do presidente José Sarney a esse respeito. A imagem que passa para o povo é a de que o governo só está discutindo, no momento, assuntos como o pacto social, dívida externa, controle de preços e Plano Cruzado II e não está fazendo mais nada. Estão esquecendo, por exemplo, de divulgar amplamente como está sendo

cumprindo o Plano de Metas, disse. Ele considera «negativo a opinião pública não saber disso, porque somente o resto não reflete a sua atuação como um todo no território nacional». Getúlio citou, como exemplo, o próprio Ministério do Interior, que este ano «obteve o dobro dos recursos de investimentos do ano passado», cumprindo todas as suas tarefas sociais.

O fato da atuação do governo vir sendo divulgada com certas lacunas, na opinião de Getúlio «se deve, talvez, a certa incompetência nossa em não saber colocar tudo o que está sendo feito». Mas, sobre esse assunto ele assegura que só terá certeza quando tiver ouvido «todo mundo, governo, veículos e sociedade».

## Cardoso evita interferência na Assembléia

Belo Horizonte — O governador eleito Newton Cardoso não vai interferir na escolha do novo presidente da Assembleia Legislativa, limitando-se à indicação do líder do governo, deputado Felipe Neri, que acumulará o cargo com a liderança da bancada do PMDB na casa.

Para se colocar distante da disputa pela presidência da assembleia, atualmente com três postulantes no páreo — os deputados Sílvio Mitre, Kemil Kumaira e Neif Jabbur —, Newton Cardoso encarregou Felipe Neri de coordenar a escolha do novo presidente da Casa. Ontem o deputado informou que marcou uma reunião da bancada para a próxima segunda-feira, para buscar um nome de consenso e espera que até o dia 28 já ocorra uma deliberação quanto ao futuro presidente da assembleia.



Líder nega que PFL já fechou questão para eleger Ulysses

## Cafeteira e Rocha não superam divergências

São Luís — Os desentendimentos entre o governador do Maranhão Luiz Rocha (PFL) e o eleito, Epitácio Cafeteira (PMDB), são antigos e deixam o presidente José Sarney à vontade. A indiferença de Cafeteira para com seu sucessor é tão clara que ele sequer preocupou-se em designar assessores para analisar a situação sócio-econômica do estado, apesar de o atual governador revelar a existência de um saldo de caixa superior a C\$ 130 milhões e de abrir as portas da administração a uma equipe de transição.

O choque entre os dois governadores, ambos amigos do Presidente, ocorreu antes da deflagração da última campanha eleitoral, quando Cafeteira saiu candidato com as graças de Sarney.

Em 67, um ano após assumir a prefeitura de São Luís, Cafeteira

foi muito pressionado pela Câmara Municipal, principalmente pelo grupo liderado pelo ex-líder da bancada arenista na época, Luiz Rocha. Houve até tentativa de se decretar o «impeachment» de Cafeteira, quando os vereadores exibiram falhas nas prestações de contas administrativas. Rocha foi depois deputado estadual e Cafeteira perdeu a eleição para o Senado em 70. Mais tarde os dois se encontrariam na Câmara Federal, eleitos pela Arena e PMDB, respectivamente. Em 67, o então senador José Sarney não assinou o ato de intervenção na prefeitura da capital maranhense, embora tenha se atritado com Cafeteira. Rocha assumiu o Governo, desentendeu-se com Sarney, mas não rompeu com ele, todavia, após a indicação do velho adversário para concorrer ao Governo, ampliou as divergências.